

BOLETIM 90

Brasília, 28 de março de 2016

Câmara pode votar refinanciamento das dívidas dos estados

A previsão é que cerca de R\$ 45,5 bilhões deixarão de ir para os cofres do governo federal nos próximos anos. A sessão do Plenário está marcada para as 18 horas desta segunda (28)

O projeto de lei complementar (PLP) que estabelece novas regras para o refinanciamento das dívidas dos estados com a União é o destaque do Plenário para a última semana de março. Para ser analisado, o PLP 257/16, do Executivo, ainda precisa ter o regime de urgência aprovado.

O compromisso de votação foi feito pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, com governadores e líderes partidários na última terça-feira (22).

A proposta é resultado de um acordo entre os governos estaduais e federal e prevê mais 20 anos de prazo para os estados pagarem suas dívidas com a União e mais 10 anos para o pagamento das dívidas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A previsão é que, se todos aderirem, cerca de R\$ 45,5 bilhões deixarão de ir para os cofres do governo federal nos próximos anos.

O texto estipula ainda contrapartidas mais rígidas quanto ao controle de gastos dos estados, principalmente com pessoal. Entre elas, estão



restrições a reajustes de servidores e à concessão de novos benefícios fiscais para empresas.

Se os estados implementarem leis com essas restrições e cumpri-las terão direito ainda a um desconto de 40% nas prestações mensais da dívida.

Crédito extraordinário - A única matéria que tranca os trabalhos é a Medida Provisória 710/16, que abre crédito extraordinário de R\$ 1,472 bilhão para os ministérios da Integração Nacional (R\$ 382 milhões); da Justiça (R\$ 300 milhões); da Defesa (R\$ 95,5 milhões); da Cultura (R\$ 85 milhões); e do Turismo (R\$ 10 milhões); e para encargos financeiros da União (R\$ 600,1 milhões).

Na pasta da Integração Nacional, o crédito permitirá o atendimento às populações vítimas de desastres naturais por meio da oferta de cestas básicas e da distribuição de água em carros-pipa. Já no Ministério da Justiça, os recursos serão destinados à aquisição de equipamentos de proteção individual para atuação da Força Nacional de Segurança Pública e à contratação de serviços, equipamentos e soluções de informática para garantir a segurança nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

Vetos no Congresso - Em sessão marcada para as 19 horas de terça-feira (29), o Congresso Nacional analisará 16 vetos que trancam os trabalhos. Entre eles estão aqueles ao projeto que trata da repatriação de recursos mantidos no exterior (PL 2960/15), transformado na Lei 13.254/16.

Um dos itens vetados destinava a estados e municípios parte dos recursos arrecadados; outro permitia a repatriação de joias e obras de arte.

A pauta inclui ainda vetos ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias. Foram vetadas a proibição ao financiamento de obras no exterior pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a garantia de reajuste dos benefícios do Bolsa Família pelo IPCA acumulado de maio de 2014 a dezembro de 2015.

Fonte: Agência Câmara

Deputados aprovam projetos de interesse da bancada feminina

Entre as propostas estão a que proíbe revista íntima em empresas e a que torna obrigatória a cirurgia reparadora em caso de câncer de mama

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, em votação simbólica, proposta que proíbe a revista íntima de mulheres em empresas privadas e em órgãos e entidades da administração pública. A proibição abrange funcionárias e clientes do sexo feminino.

O texto aprovado é um substitutivo da deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) para o Projeto



de Lei (PL) 583/07, da deputada Alice Portugal (PCdoB-BA). A matéria, que segue para sanção presidencial, já havia sido aprovada pela Câmara dos Deputados em 2011 e, desta vez, os deputados apenas rejeitaram emendas propostas pelo Senado.

Pela proposta, quem descumprir a proibição fica sujeito à multa de R\$ 20 mil, paga pelo empregador e revertida aos órgãos de proteção dos direitos da mulher. Nos casos de reincidência, a multa será aplicada em dobro, independentemente de indenizações por danos morais ou de outras sanções penais.

Uma das emendas rejeitadas pretendia elevar o valor da multa para 30 salários mínimos. A outra pretendia retirar do texto dispositivo que abre exceção para que a revista íntima possa ocorrer em presídios e sob investigação policial.

Texto da Câmara - Relatora das emendas do Senado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, a deputada Flávia Moraes (PDT-GO) defendeu a rejeição das emendas do Senado e a manutenção do texto da Câmara, que abre uma única exceção: para os casos de revista previstos em lei quando necessária nos ambientes prisionais e sob investigação policial. A revista

neste caso, porém, deverá ser realizada exclusivamente por funcionária ou servidora.

Reparação das mamas - Na mesma sessão, o Plenário aprovou ainda outras duas propostas, como parte da pauta consensual definida em comemoração do Dia Internacional da Mulher, que é celebrado em 8 de março.

Uma delas, Projeto de Lei 4409/16, do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), torna obrigatória a cirurgia plástica reparadora nas duas mamas em caso de câncer. O texto aprovado segue para o Senado.

Atualmente, as mulheres vítimas de câncer já têm direito à reconstrução pelo Sistema Único de Saúde (SUS), de preferência imediatamente após a retirada total ou parcial da mama afetada. A lei que trata do assunto (Lei 9.797/99), no entanto, não estabelece a abrangência das duas mamas.

A outra proposta institui 2016 como o “Ano do Empoderamento da Mulher na Política e no Esporte” - Projeto de Lei (PL) 4073/15, da senadora Fátima Bezerra (PT-RN). A matéria vai à sanção presidencial.

Fonte: Agência Câmara

Comissão do impeachment irá ao STF ressaltar legalidade dos trabalhos

O presidente da comissão especial encarregada de analisar o pedido de impeachment da presidente Dilma Rousseff, deputado Rogério Rosso (PSD-DF), vai tentar agendar uma audiência informal na segunda-feira (28) com o presidente do Supremo Tribunal



A Comissão que discute o impeachment da presidente Dilma na Câmara dos Deputados voltará a se reunir esta semana

Federal (STF), Ricardo Lewandowski, para reforçar que o colegiado da Câmara dos Deputados vai seguir os trâmites definidos pela Corte. Na visita, Rosso estará acompanhado do relator da comissão, deputado Jovair Arantes (PTB-GO).

“Vamos dizer que estamos engajados no espírito da decisão do Supremo [relativa ao processo do impeachment], cautelosos e serenos. A nossa missão é realmente fazer tudo o que esteja dentro da legalidade, observando a ampla defesa e todas as garantias constitucionais das partes”, afirmou.

Rosso falou com a imprensa antes de entrar para reunião administrativa com secretários e consultores, para analisar tecnicamente os mais de 60 requerimentos e questões de ordem apresentados na comissão.

Uma das questões de ordem sugere a suspensão dos trabalhos da comissão enquanto o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Comissão Mista de Orçamento do Congresso não analisarem as contas de 2015 do governo de Dilma. O



governo tem um prazo constitucional para enviar as contas ao Congresso e o TCU tem outro para analisá-las. Esse prazo ainda não expirou. Ocorre que o pedido de impeachment foi feito com base justamente nas contas do ano passado.

Admissibilidade - Rogério Rosso disse que vai analisar o conteúdo de cada pedido, a fim de verificar se eles se enquadram no plano de trabalho da comissão de se restringir à admissibilidade do processo de impeachment. Conforme entendimento do STF, à Câmara compete apenas autorizar a instauração do processo de impeachment pelo Senado Federal, cabendo aos senadores o julgamento de fato.

Fonte: Agência Câmara

CONTRICOM reúne Conselho Fiscal hoje e amanhã e Diretoria na 4ª

A Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário (CONTRICOM) reunirá seu Conselho Fiscal hoje e amanhã na sede nacional da entidade, em Brasília, com a finalidade de analisar os documentos contábeis da Confederação e a elaboração do relatório.

Na quarta-feira (30), a Diretoria da entidade se reunirá para discutir o Relatório da diretoria residente e demais diretores; debater o informe da Presidência da entidade sobre a atual conjuntura política e econômica do país; e avaliar as sugestões de pauta para a Mesa Nacional da Construção.

Segundo o presidente Francisco Chagas Costa – Mazinho, “a reunião da direção da



A sede nacional da CONTRICOM, em Brasília, abrigará as reuniões do Conselho Fiscal e da Diretoria

CONTRICOM ocorre num momento crítico, tanto na política como na economia, pois o nosso segmento está sendo o mais afetado pela recessão e o desemprego que atinge os trabalhadores”.

“Nosso encontro servirá para analisar as propostas que temos sustentado junto ao governo, aos empresários e à sociedade como um todo e receber novas sugestões que fortalecem a luta e a unidade dos trabalhadores da construção civil pela retomada do crescimento e da empregabilidade em nosso país”, diz Mazinho.

Fonte: Comunicação CONTRICOM

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)